

COMPORTAMENTO INTENCIONAL E CONTEXTOS SOCIAIS : UMA ABORDAGEM NOMOLÓGICA

Luiz Henrique de Araújo Dutra

Abstract

This paper aims to argue for a lawful, intentional approach to human behavior. Donald Davidson's idea that an event is mental according to the way it is described is here accepted. However, his non-lawful conception of psychology, in its turn, is rejected. Rather, based on Howard Rachlin's teleological behaviorism, a lawful, externalist approach to explaining human behavior is adopted, according to which a bit of behavior is to be interpreted in connection with other ones, within a certain social context. It is argued here also that Rachlin's perspective amounts to a sort of externalization of intentionality.

Introdução

Os historiadores localizam o início da psicologia científica nas obras de Franz Brentano e Wilhelm Wundt, nos anos 70s do século XIX. Desde seu início, fundadores como eles e os filósofos que se ocupam dos fundamentos da psicologia e da concepção de mente humana que ela deve conter se debatem com o pressuposto secular que os antecedeu, segundo o qual a psicologia não poderia ser uma ciência empírica, nem uma disciplina na qual nos ocupamos de leis — um pressuposto que se encontra, entre outros, em Kant.¹ Tanto Brentano, quanto Wundt se opuseram a tal idéia, e defenderam o ponto de vista oposto, de que a psicologia é uma disciplina fundamentada numa abordagem nomológica.²

Para Wundt e Brentano, a impossibilidade de termos leis matematicamente exatas não invalida uma abordagem nomológica em psicologia. Ora, o mesmo século XIX assistiu ao surgimento da mecânica estatística, domínio no qual as leis também não são matematicamente exatas, mas probabilísticas. Esta será também a concepção nomológica que vamos encontrar mais tarde em behavioristas como Skinner.

Esta polêmica sobre o caráter nomológico da psicologia é revivida no século XX por filósofos que desejam defender um ponto de vista intencional como aquele de Brentano, mas que também se opõem, como Kant, a uma abordagem nomológica em psicologia, entre eles Donald Davidson. Este autor se posiciona, assim, contra duas escolas — o behaviorismo e a psicologia cognitiva — que, no domínio da psicologia científica, estão entre os grandes

¹ Cf. Kant 1785, “Prefácio” aos *Fundamentos Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786). O principal argumento de Kant ali é que a matemática não é aplicável aos fenômenos mentais.

² Cf. Brentano 1874 e Wundt 1897 e 1904.

programas de psicologia experimental presididos por uma abordagem nomológica e que ocupam lugares de grande destaque nos primeiros cem anos de existência da psicologia como ciência. Ambas estas escolas conservam, neste aspecto, ainda vivo o ideal de Wundt e de Brentano.

Por outro lado, como sabemos, os programas behavioristas e uma parte da psicologia cognitiva têm dificuldades para dar conta do aspecto intencional da ação humana, ou do comportamento humano, como repetidamente tem argumentado não apenas Davidson, mas outros defensores de uma abordagem intencional aos fenômenos mentais, como Daniel Dennett.³ Enfrentar tais críticas tem sido alvo de esforços de alguns behavioristas pós-skinnerianos, entre eles Gordon Foxall e Howard Rachlin, sendo que as idéias deste último serão examinadas neste artigo.⁴

Vamos procurar argumentar em favor de uma abordagem nomológica ao comportamento intencional. Tal abordagem se ampara, como comentamos acima, numa tradição importante na psicologia e nas reflexões sobre seus fundamentos, tradição que remonta Brentano e Wundt, como já comentamos, embora estes autores, em parte, ecoassem o senso comum filosófico de seu século. No caso de Brentano, que veio a ser o pai da noção de intencionalidade da qual partem Davidson, Dennett e outros intencionalistas contemporâneos, isso se torna patente em suas constantes referências a Comte e a John Stuart Mill, além de autores mais propriamente “científicos”, como Maudsley e outros, inclusive o próprio Wundt.⁵

Entretanto, mesmo aceitando o ponto de vista intencional de Brentano, Davidson se opõe fortemente ao caráter nomológico da psicologia, como dissemos. Para ele, a ação humana não pode ser explicada de maneira nomológica, mas *deve* ser explicada de maneira intencional, o que significa atribuir ao sujeito razões para agir, e não identificar possíveis causas de seu comportamento. Além disso, Davidson defende a idéia de que um evento é *mental* apenas em virtude da maneira como é descrito, um ponto que nos parece aceitável.

³ Cf. especialmente Dennett 1978, caps. 4 e 5.

⁴ Cf. Rachlin 1994 e Foxall 2004; este último, em seu livro, tem a preocupação específica de responder a Dennett. Ele defende também uma postura contextual que, contudo, é diferente daquela de Rachlin e daquela que, com base neste último, vamos procurar defender no presente texto.

⁵ A este respeito, cf. também os últimos escritos de Claude Bernard que, na França, contemporaneamente a Wundt e Brentano, defendeu uma base neurofisiológica para a psicologia experimental, procurando se distanciar, ao mesmo tempo, tanto do materialismo, quanto do dualismo tradicional, temas que também são abordados por Brentano. Comentamos a posição de Bernard em Dutra 2003a e 2003b. Sobre as críticas de Brentano a uma psicologia redutível à fisiologia e à doutrina defendida por Maudsley, cf. Brentano 1997, cap. 3. As mesmas críticas não se aplicariam a Claude Bernard, que não defendia uma *redução* da psicologia à fisiologia, mas apenas que esta é uma base necessária daquela.

Entretanto, baseando-nos na tradição behaviorista, que defende também uma abordagem nomológica, e, em especial no behaviorismo teleológico de Rachlin, como indicamos, vamos procurar defender uma abordagem intencional do comportamento humano que o interpreta necessariamente em relação ao contexto no qual ele se dá.

A idéia fundamental é tomada pelo próprio Rachlin de Edward Tolman, que argumentava que um episódio de comportamento deve ser interpretado com referência a um contexto. Mas Rachlin confere uma interpretação externalista e social ao contexto no qual um episódio de comportamento deva ser interpretado, ao contrário da concepção de Tolman, que era, contudo, internalista, segundo a qual a fala de um indivíduo humano nos daria o contexto no qual podemos interpretar seu comportamento.

Segundo então Rachlin, nosso ponto principal é que as relações entre padrões de comportamento e contextos sociais devem ser descritas nomologicamente, caso elas sejam regularidades em determinada organização social. Assim, vamos apresentar uma explicação alternativa da ação humana, que é intencional, tal como Davidson e outros sustentam, mas que é também nomológica, como sustenta a tradição behaviorista, e como também sustentava o próprio Brentano.⁶

Na próxima seção, vamos recapitular a posição de Davidson, da qual tiramos certas exigências metodológicas que, a nosso ver, devem ser cumpridas por uma abordagem ao mesmo tempo nomológica e intencional à ação humana, ou ao comportamento humano.⁷ Na seção seguinte, examinaremos as linhas gerais do behaviorismo teleológico de Rachlin, no

⁶ Preferimos falar de uma “tradição” behaviorista, em vez de behaviorismo *tout court*, ou de psicologia comportamental, ou ainda de análise comportamental, como é comum na literatura pertinente, por duas razões. Em primeiro lugar, embora a obra de B. F. Skinner e seu behaviorismo radical sejam ainda hoje a referência privilegiada no que diz respeito à psicologia experimental a partir dos anos 30s do século XX, há diversos outros autores – seja no domínio da própria psicologia experimental, seja no domínio da filosofia da mente e da psicologia – que sustentam pontos de vista que permitiriam incluí-los numa “tradição behaviorista” suficientemente variada mas, por outro lado, contendo doutrinas suficientemente aparentadas. Do lado dos psicólogos, vale citarmos também John Watson, Clark Hull, além de E. C. Tolman, entre outros; do lado dos filósofos, ainda que muitos possam recusar sua inclusão em tal tradição, temos Rudolf Carnap, o segundo Wittgenstein e sobretudo Gilbert Ryle. Em segundo lugar, embora amplamente criticada sobretudo por cognitivistas e por intencionalistas como Dennett (*cf.*, por exemplo, seu *Brainstorms*, caps. 4 e 5, Dennett 1978), a tradição behaviorista é mal conhecida e mal interpretada, e, obviamente, não temos espaço aqui para uma caracterização que lhe faça justiça. Enquanto uma tradição, o behaviorismo se fundamenta na idéia de que uma explicação para o comportamento é não apenas nomológica, mas também externalista, isto é, que os fatores explicativos preponderantes do comportamento humano e animal se localizam no ambiente e não em estruturas internas do organismo. Sobre estes aspectos, em particular, as relações entre o behaviorismo na psicologia e na filosofia, *cf.* Smith 1989; *cf.* também Dutra 2005a, cap. 4; *cf.* ainda Rachlin 1994, cap. 1, para uma breve recapitulação dos principais behavioristas no domínio da psicologia experimental, alguns daqueles nos quais ele se baseia em parte, outros cujas limitações ele deseja superar com seu behaviorismo teleológico.

⁷ Embora seja comum na literatura pertinente, na qual incluem-se as obras do próprio Davidson e de Dennett, fazer a distinção entre *ação* e *comportamento*, como categorias diferentes do que os seres humanos fazem, neste texto, não vamos fazer qualquer distinção deste tipo, e vamos falar de ação ou de comportamento, e de ação intencional ou comportamento intencional, no mesmo sentido.

qual, em parte, nossa abordagem se baseia, e faremos uma avaliação crítica dessa posição. Rachlin defende uma abordagem molar na análise do comportamento, interpretada em termos de episódios de comportamento estendidos no tempo, o que, a nosso ver, lhe traz limitações metodológicas importantes. Recapitularemos também brevemente a interpretação de Rachlin da intencionalidade em termos teleológicos, que ele busca em Aristóteles.

Nas duas últimas seções, apresentaremos nossa abordagem alternativa. Procuramos argumentar em favor de uma compreensão da relação teleológica em termos semelhantes à análise de Hume da causalidade (eficiente), aproximando-a também da interpretação da intencionalidade defendida por Dennett. Por fim, apresentamos nossa concepção do encaixamento de determinados padrões de comportamento em certos contextos sociais, em uma abordagem molar que procura considerar os episódios de comportamento em relação com outros também presentes no mesmo contexto social e com base na lei de proporção (ou de igualação), elaborada, discutida e testada experimentalmente por Richard Herrnstein e seus colaboradores.

1. Davidson e o caráter não-nomológico dos enunciados mentalistas

Para Davidson, o que caracteriza os eventos mentais,⁸ ao contrário da tradição em filosofia e psicologia, inclusive de Brentano, é a forma como eles são descritos, não o fato de, supostamente, eles pertencerem a um domínio de acontecimentos internos. Em seus *Essays on Actions and Events* esta concepção é claramente defendida, e vamos tomar aqui, em particular, duas passagens em que isso é feito. Na primeira delas, Davidson diz:

Chamemos uma descrição da forma ‘o evento que é *M*’ ou uma sentença aberta da forma ‘o evento *x* é *M*’ uma *descrição mentalista* ou uma *sentença mentalista aberta* se e somente se a expressão que substitui ‘*M*’ contém pelo menos um verbo essencialmente mentalista. (Essencialmente, de modo a eliminar os casos nos quais a descrição ou sentença aberta seja logicamente equivalente a um vocabulário mentalista ou não contenha um.) Ora, podemos dizer que um evento é mental se e somente se ele possui uma descrição mentalista, ou (não sendo primitivo o operador de descrição) se há uma sentença mentalista aberta verdadeira apenas em relação a tal evento. Os eventos físicos são aqueles capturados por descrições ou sentenças abertas que contêm apenas um vocabulário essencialmente fisicalista.

[...] Neste teste proposto para o que é mental, o aspecto distintivo do mental não é se ele é privado, subjetivo ou imaterial, mas que ele exhibe o que Brentano chamou de intencionalidade. Assim, as ações intencionais estão claramente incluídas no reino do mental, juntamente com pensamentos, esperanças e pesares (ou os eventos ligados a tais coisas). (Davidson 1980: 211.)

⁸ Não vamos fazer aqui nenhuma distinção entre *eventos* e *fenômenos*, nem considerarmos a questão da individuação de eventos, tão importante para Davidson; mas cf. Dutra 2005b, para uma discussão da doutrina davidsoniana de que os eventos são indivíduos.

Na segunda das passagens que desejamos aqui citar, depois de argumentar em favor da disparidade entre o físico e o mental, e que os eventos mentais são causalmente dependentes dos eventos físicos, mas nomologicamente independentes deles, Davidson diz:

Enquanto uma classe, os eventos mentais não podem ser explicados pela ciência física; os eventos mentais particulares o podem quando conhecemos identidades particulares. Mas as explicações dos eventos mentais nos quais estamos particularmente interessados os relacionam com outros eventos e condições mentais. Explicamos as ações livres de um homem, por exemplo, referindo-as a seus desejos, hábitos, conhecimento e percepções. Tais explicações do comportamento intencional operam em uma estrutura conceitual removida do alcance direto da lei física, ao descrever tanto a causa quanto o efeito, tanto a razão quanto a ação, como aspectos de um retrato de um agente humano. O anomalismo do mental é, assim, uma condição necessária para compreendermos a ação como autônoma. (Davidson 1980: 225.)

A posição de Davidson, por ele mesmo denominada *monismo anômalo* (ou *não-nomológico*), é bastante conhecida, e fazemos aqui apenas referência a alguns de seus pontos centrais. Segundo Davidson, para resgatarmos a racionalidade e a liberdade da ação humana — e, portanto, darmos sentido às próprias ciências humanas —, devemos adotar uma perspectiva como a sua, ou seja, compreendermos o domínio da ação humana como um domínio no qual as explicações relevantes não são dadas com base em leis. De fato, o *princípio do anomalismo do mental*, sustentado por Davidson, afirma que não há leis determinísticas estritas em psicologia (Davidson 1980: 208). O monismo anômalo coincide com o materialismo ao dizer que todos os eventos no mundo são físicos, mas rejeita a tese materialista segundo a qual podemos dar explicações exclusivamente físicas para os fenômenos mentais (214). Portanto, o monismo anômalo defende “uma versão da tese de identidade que nega que possa haver leis estritas que liguem o mental com o físico” (212).

Segundo Davidson, os enunciados nomológicos em geral relacionam predicados que, *a priori*, sabemos serem feitos um para o outro (218). Assim, nem todas as generalizações empíricas que, à primeira vista, poderiam possuir um caráter nomológico, e que dizem respeito à ação humana, se referem a leis genuínas. Davidson afirma que as generalizações podem ser *homonômicas* ou *heteronômicas*, e a diferença entre as duas classes diz respeito, mais uma vez, à linguagem. Ao contrário das generalizações heteronômicas, as generalizações homonômicas não implicam uma mudança para um vocabulário diferente, quando são enunciadas — e quando, além disso, acreditamos que há uma lei exata operando naquele caso (219). Isso vale para quaisquer domínios de fenômenos a serem explicados por uma ciência,

inclusive a física. Em outras palavras, a linguagem utilizada deve poder ser associada a um sistema conceitual rico e abrangente. Um sistema desse tipo é pressuposto mesmo quando se trata de discutir uma questão física simples, como se um objeto físico macroscópico é mais comprido que outro. Essas mesmas exigências se colocam quando lidamos com eventos mentais, obviamente. A este respeito, Davidson diz o seguinte:

É melhor dizer que todo o conjunto de axiomas, leis ou postulados para a mensuração do comprimento é, em parte, constitutivo de um sistema de objetos físicos macroscópicos e rígidos. Quero sugerir que a existência de enunciados nomológicos na ciência física depende da existência de leis constitutivas (ou sintéticas *a priori*) como aquelas da mensuração do comprimento dentro do mesmo domínio conceitual.

Assim como não podemos, de maneira inteligível, atribuir um comprimento a qualquer objeto a não ser que valha uma teoria abrangente sobre objetos desse tipo, não podemos, inteligivelmente, atribuir quaisquer atitudes proposicionais a um agente exceto dentro da estrutura de uma teoria viável sobre suas crenças, desejos, intenções e decisões. (Davidson 1980: 221.)

Quando consideramos, então, os dois domínios de eventos — o físico e o mental —, segundo Davidson, temos dois esquemas conceituais ou sistemas disparatados, o que torna impossível evitarmos o caráter heteronômico de quaisquer enunciados gerais que relacionem o mental com o físico (222). No que diz respeito especificamente a um domínio mental de fenômenos e à psicologia, que lida necessariamente com atitudes proposicionais (como crenças, volições, desejos, etc.), não há como evitar, portanto, considerações que façam referência à racionalidade, coerência e consistência do comportamento intencional dos seres humanos (240s). Em suma, para Davidson, uma perspectiva monista que coincida em parte com o materialismo e que caracterize os eventos como mentais apenas em virtude do modo como eles são relatados implica, ao mesmo tempo, o caráter nomológico e homonômico dos enunciados da física e o caráter não-nomológico e heteronômico dos enunciados da psicologia e de qualquer teoria da ação humana.

A argumentação que vamos apresentar no restante desse artigo vai contra os resultados dessas considerações de Davidson, embora assumamos alguns de seus pressupostos, como a idéia de que determinados eventos são mentais apenas porque são descritos de uma forma apropriada. Contudo, rejeitamos a tese de que o domínio de fenômenos a serem tratados pela psicologia seja um domínio não-nomológico. A nosso ver, as conclusões de Davidson a este respeito decorrem do fato de não separar ele as questões eminentemente *metafísicas* — aquelas que dizem respeito à natureza do mundo em que vivem e agem os seres humanos — das questões meramente *conceituais*, digamos, no sentido de Quine, e que podemos também

denominar *ontológicas*.⁹

Ora, talvez Davidson não estivesse disposto a tirar todas as conseqüências dessa distinção. Deste ponto de vista, o problema é o seguinte: as questões ontológicas acima mencionadas, que são tratadas pelo próprio Davidson em um viés tipicamente quiniano, não implicam necessariamente as questões metafísicas. Concordamos com Davidson, portanto, que uma explicação dos fenômenos mentais deva remeter a um sistema conceitual abrangente e rico, que possa retratar a ação humana como um domínio eminentemente intencional de fenômenos. Mas discordamos que, em virtude disso, uma teoria da ação humana ou uma teoria dos comportamentos intencionais humanos seja uma teoria cujos enunciados devam ser de caráter, ao mesmo tempo, não-nomológico e heteronômico.

Além disso, concordamos com Davidson que os enunciados que se encontram na psicologia são enunciados intencionais e mentalistas exatamente no seu sentido, isto é, enunciados que empregam termos irreduzivelmente mentalistas, como os verbos de atitude proposicional.¹⁰ Assim, esses enunciados são heteronômicos em relação a um sistema de enunciados fisicalistas, mas eles são homonômicos em relação a um possível sistema de enunciados mentalistas ou, mais especificamente, a um sistema de enunciados sobre os comportamentos intencionais dos seres humanos.

Esta é uma idéia que Davidson também não poderia aceitar, uma vez que, para ele, os fenômenos psicológicos não constituem um “sistema fechado” (224 e 239), enquanto que os fenômenos físicos sim. Contudo, sua concepção decorre de sua adesão a uma doutrina monista sobre a natureza do mundo que coincide com o materialismo; Davidson conserva um tipo de dualismo apenas quanto às descrições dos fenômenos, e isso não implica que haja dois tipos e leis — físicas e psicológicas (243). Conseqüentemente, Davidson toma os eventos mentais apenas isoladamente, nunca em conjunto e de acordo com suas possíveis relações, já que um evento mental é, para ele, sempre o mesmo evento físico, apenas descrito diferentemente e capturado por uma descrição mentalista (211). Ao contrário, desejamos

⁹ É óbvio que, tradicionalmente, os termos ‘ontologia’ e ‘metafísica’ se confundem, ou que, mais especificamente, costuma-se dizer que a ontologia é uma parte da metafísica tradicional. Mas, como também é amplamente conhecido (cf. Quine 1969), o termo ‘ontologia’ também é empregado no sentido de uma classe de objetos que corresponderiam aos termos do vocabulário de uma teoria. Neste sentido, então, podemos dizer que se trata de um domínio de discussões conceituais (ou ontológicas) aquele no qual discutimos, por exemplo, como classificar os objetos do mundo descrito por uma teoria. Encaradas assim, tais questões não têm nada a ver com os problemas metafísicos tradicionais, tal como a querela entre materialismo e dualismo. É óbvio que Davidson está ciente disso, mas o que argumentamos aqui é que ele talvez não tenha ido suficientemente longe ao abandonar as questões *metafísicas* – e ficar apenas com as questões *conceituais* – sobre o mental.

¹⁰ Mas cf. Dutra 2003c, para uma discussão sobre esse ponto e uma defesa de uma abordagem externalista na interpretação dos termos de atitude proposicional.

tomar os eventos mentais de maneira holista, sempre em relação uns com os outros e com os contextos sociais nos quais eles se dão.

Nossa principal razão para discordarmos de Davidson está, entretanto, intimamente ligada a nossa principal razão para concordarmos com ele. Cremos que, de seu ponto de vista, aparentemente, considerarmos a possibilidade de um sistema fechado de fenômenos mentais levaria a uma doutrina dualista também em relação à natureza do mundo, e não apenas no que diz respeito às descrições dos eventos. Concordamos com Davidson que qualquer explicação deva remeter a um esquema conceitual ou sistema abrangente. Mas a aceitação de tal sistema, mesmo na psicologia, assim como na física, não transforma as questões conceituais — e internas a esse sistema — em questões metafísicas — e que são estranhas ao sistema. Em outras palavras, as questões epistemológicas ligadas às explicações que damos para os fenômenos mentais, e que dizem respeito ao conhecimento deles, não precisam ser sempre necessariamente tratadas de modo a relacioná-las com as questões metafísicas sobre a natureza da mente humana tomada como *coisa*, e não como apenas *eventos*, ou *acontecimentos*, ou *fatos* no mundo. Reconhecemos que, às vezes, as questões metafísicas podem se envolver nas discussões a respeito de qualquer tipo de fenômeno. Mas, então, é preciso recorrer a um novo esquema conceitual ou a um sistema mais abrangente, que permita relacionar questões epistemológicas com questões metafísicas.

De nosso ponto de vista, não haveria nenhuma relação necessária, portanto, entre a aceitação de um sistema rico e abrangente de enunciados psicológicos — que permita explicar o comportamento intencional humano e descrevê-lo como racional e mesmo livre, em determinados contextos sociais — e a crença na existência de qualquer substância, seja física, seja mental. Deste ponto de vista, o mental deve ser encarado apenas como uma classe de fenômenos. Em outras palavras, desejamos levar a discussão apenas em seu aspecto ontológico ou conceitual, e ater-nos aos problemas relativos ao conhecimento do comportamento humano, e não àqueles sobre a natureza do mundo e da mente. O fato de pressupormos que haja leis psicológicas não implica, por outro lado, que tais leis descrevam o comportamento de qualquer substância mental. Elas descrevem apenas o comportamento dos indivíduos humanos em determinados contextos sociais.

Nossa abordagem se assemelharia muito mais, portanto, se quisermos considerar o que significa o termo ‘monismo’ que é empregado nessas discussões, do *monismo neutro*, defendido por William James (1912) e seguido por um tempo por Bertrand Russell (1997 [1921]), que do monismo anômalo de Davidson. Da perspectiva daqueles autores, tanto o

esquema fisicalista, que utilizamos para falar do físico, quanto o esquema mentalista, que utilizamos para falar do mental, são apenas modos de falar, que correspondem a classes de enunciados e a sistemas alternativos de conceitos. Assim, em princípio, se os enunciados fisicalistas podem possuir caráter nomológico, o mesmo valeria para os enunciados mentalistas. As mesmas exigências formais e metodológicas se aplicariam a ambos os esquemas. E, para que os eventos mentais sejam considerados um domínio nomológico de investigação, o que é preciso é que o comportamento intencional seja relacionado com outros eventos mentais e com determinadas condições objetivas.

De acordo com a alternativa que vamos apresentar abaixo, e que satisfaz a estas condições metodológicas, os eventos mentais a serem relacionados devem poder ser interpretados como padrões de comportamento intencional, e as condições nas quais podemos relacionar tais padrões são os contextos sociais, inseridos em determinada organização social, ou em determinado sistema social. Por sua vez, tais sistemas e contextos sociais são, de fato, *instituições*, e estas, concebidas como formas de vida, ação ou comportamento, serão vistas como classes de normas ou regras de ação, que garantem que os contextos de ação e dos padrões de comportamento sejam eventos reproduzíveis em dado sistema social. Finalmente, na medida em que eles forem reproduzíveis, tais padrões de comportamento ou ação estarão sujeitos a uma análise nomológica. Esta análise deve e pode produzir generalizações e permitir fazer predições em tal organização social. As explicações da ação humana assim dadas são ao mesmo tempo nomológicas e intencionais e, por serem nomológicas, *pace* Davidson, não são menos racionais. A racionalidade aqui estaria associada à coerência e à abrangência do esquema mentalista que utilizaríamos para dar conta do comportamento intencional humano.

2. O behaviorismo teleológico de Howard Rachlin

Nossa abordagem alternativa intencionalista e nomológica, em certa medida, é baseada na teoria de Howard Rachlin, apresentada em seu livro *Behavior and Mind* (1994). O behaviorismo teleológico de Rachlin visa explicar, prever e controlar o comportamento manifesto ou público, inclusive os padrões mais complexos que se encontram na vida mental humana. A teoria de Rachlin se opõe à psicologia cognitiva (ou fisiológica, como ele a denomina) que, segundo ele, visa descobrir mecanismos internos responsáveis pelo comportamento. O behaviorismo teleológico, por sua vez, segundo seu autor, é baseado em uma concepção aristotélica da causação. Segundo essa concepção, as causas finais são pelo

menos tão importantes quanto as causas eficientes nas explicações científicas. A diferença entre a psicologia cognitiva e o behaviorismo teleológico, diz Rachlin, portanto, é a mesma que há entre a busca de causas eficientes e a busca de causas finais do comportamento.

Enquanto uma ciência das causas eficientes, diz Rachlin, a psicologia cognitiva procura apontar os mecanismos internos que seriam responsáveis pela maneira como um sujeito (humano ou não) se comporta, sente e pensa da maneira como o faz. Uma explicação do comportamento em termos de causas finais, por outro lado, como aquela dada pelo behaviorista teleológico, “toma a forma de um objetivo ou propósito — o lugar desse processo particular em um contexto molar, ou mais amplo, mais geral,” afirma Rachlin (7n). Assim, a abordagem de Rachlin é também, como ele mesmo enfatiza, claramente intencional.

Diferentemente de certas formas anteriores de behaviorismo, como o do próprio Skinner, o behaviorismo de Rachlin compreende um processo mental particular em função de seu lugar em um contexto mais amplo. Trata-se da postura *molar* defendida por Rachlin.¹¹ Para os behavioristas em geral, inclusive Skinner e Rachlin, o problema é que as ações específicas de um indivíduo qualquer são inteiramente observáveis, enquanto que o contexto mais amplo no qual se dá tal ação ou comportamento é frequentemente inobservável, ou seria observável apenas por meio da introspecção, que é encarada pelos behavioristas em geral como um método inadmissível para a investigação na psicologia científica.¹² Para eles, um sujeito humano não pode apresentar o contexto de sua ação específica relatando seu *estado mental*, que se referiria a episódios passados de sua própria experiência ou a suas crenças e objetivos ou propósitos.

Contudo, diferentemente da solução de Skinner para este problema, Rachlin vai

¹¹ De fato, devemos ter presente que o termo ‘molar’ é relativo, isto é, que sempre se trata de falarmos de uma abordagem *mais*, ou *menos*, molar que outra. Aquela que é *menos* molar é dita *molecular*, ou seja, concebe os episódios maiores de comportamento como resultado do que ocorre com episódios menores. No caso de uma abordagem molar, ao contrário, tomamos os episódios maiores como fatores explicativos dos episódios menores. Assim sendo, em relação à abordagem defendida pelo behaviorismo metodológico de Watson, que estava fundamentada na noção de comportamento respondente (que considera um estímulo ambiental e a resposta do indivíduo), a abordagem de Skinner, seria também, por sua vez molar, uma vez que, utilizando a noção de comportamento operante, toma em consideração não apenas uma variedade de estímulos ambientais dados ao indivíduo e sua resposta, mas as conseqüências (premiadoras ou punitivas) de tal resposta, sendo estas que, por sua vez, podem, segundo Skinner, modelar o comportamento. O padrão de comportamento enfocado em primeiro lugar e como unidade explicativa é mais amplo. Voltaremos abaixo a discutir esse molarismo, que é essencial em nossa abordagem também.

¹² São bem conhecidos os argumentos da tradição behaviorista contra a introspecção (*cf.*, por exemplo, Skinner 1953 e 1976, entre outros de seus textos). Em princípio, tais argumentos se aplicam tanto à introspecção compreendida como “observação interna”, quanto ao que Brentano denomina “percepção interna” (*cf.* Brentano 1997, cap. 1). Este último autor, por sua vez, propõe a distinção e afirma que os argumentos contra a possibilidade da introspecção enquanto observação interna não se aplicam a sua noção de percepção interna. Não vamos, contudo, discutir aqui este ponto detalhadamente, uma vez que a distinção não é feita pelos behavioristas.

fundamentar sua abordagem molar ao comportamento naquela de Edward Tolman, para quem tanto um comportamento, quanto seu contexto são igualmente importantes.¹³ O comportamento molar, diz Rachlin, é o comportamento estendido ou ampliado no tempo. Contudo, Tolman concebia o contexto de uma ação como um estado interno ou uma representação mental, o que, assim como Skinner, Rachlin rejeita. Para estes dois últimos, uma ação e seu contexto são acontecimentos externos. Uma caracterização sintética de sua posição é oferecida pelo próprio Rachlin, em seu livro, nos seguintes termos:

Behaviorismo teleológico: A crença de que os termos mentalistas se referem ao comportamento manifesto de animais inteiros. Não se supõe que os eventos mentais ocorram dentro do animal de modo algum. O comportamento manifesto não faz apenas *revelar* a mente; ele *é* a mente. Cada termo mentalista se refere a um padrão de comportamento. Isso inclui termos mentalistas como ‘sensação’, ‘dor’, ‘amor’, ‘fome’ e ‘medo’ (termos que são considerados pelos mentalistas como “irredutíveis” [*raw feels*]), assim como termos tais como ‘crença’ e ‘inteligência’, que às vezes se supõe se referirem a “estados mentais complexos,” às vezes a “atitudes proposicionais,” e às vezes a “atos intencionais.” (Rachlin 1994: 15–6.)

Entretanto, de acordo com Rachlin, os *padrões de comportamento manifesto* de que ele fala também são eventos intencionais. O comportamento é intencional se tem lugar em um contexto no qual uma causa final é identificada como o fator mais saliente. A análise molar de Rachlin diz respeito a padrões de comportamento complexos e de longo prazo, aos quais se referem termos como aqueles acima apontados (como ‘amor’ e ‘crença’, por exemplo). Ora, como o próprio Rachlin reconhece, tais padrões de comportamento requerem alguma organização social. O amor, por exemplo, diz ele, é um padrão dos mais complexos, pois envolve não apenas uma pessoa e um sistema social, mas duas pessoas e um sistema social. De acordo com Rachlin, a idéia de que o amor — assim como toda vida mental ou qualquer padrão de comportamento — é realização (*performance*) é a essência do behaviorismo teleológico (17–8).

Rachlin também procura explicar em que sentido aceitável podemos conceber causas finais do comportamento e dar, portanto, para ele explicações teleológicas e intencionais. Para a ciência moderna, as causas finais deveriam ser eliminadas, por parecerem estar ligadas a concepções animistas e antropomórficas dos fenômenos naturais. Mas, mais especificamente,

¹³ Em dois aspectos Rachlin se distancia de Skinner, a saber: a defesa de um ponto de vista *molar*, em contraposição a uma abordagem *molecular*, que ele atribui a Skinner e outros, e a rejeição do conceito skinneriano de *comportamento encoberto*; cf. Rachlin 1994, cap. 2. Os dois pontos estão interligados, uma vez que, ao tomarmos episódios estendidos do comportamento e os localizarmos em um contexto social, a noção de comportamento encoberto de Skinner se torna supérflua.

do ponto de vista de uma análise conceitual da causalidade, a causa final parece ser uma causa final invertida, isto é, uma causa que estaria temporalmente colocada *depois* de seu efeito. Rachlin procura mostrar então como poderia ser aceitável dizer, mesmo da parte da ciência moderna, que uma causa final *segue* seu efeito. Ele comenta:

A análise de causas finais mais abrangentes revela fins, que consistem em padrões abstratos dos movimentos que os constituem, fins que englobam tais padrões. As causas finais mais abrangentes não são simplesmente causas eficientes revertidas. Um efeito de uma causa eficiente segue sua causa, mas um efeito de uma causa final mais abrangente não *precede* sua causa; ele *se ajusta* [*fits in*] a sua causa. É verdade que um movimento particular deve ocorrer primeiro para que um padrão de movimentos surja, assim como os movimentos de uma sinfonia devem ser tocados antes que se possa dizer que a sinfonia foi tocada. Neste sentido, e apenas neste sentido, uma causa final mais abrangente segue seus efeitos. (Rachlin 1994: 22.)

Vale lembrarmos a este respeito que a abordagem de Rachlin não recorre apenas a causas finais simplesmente, mas a *causas finais mais abrangentes* (“*inclusive final causes*”, como ele diz); ou seja, um processo mental é compreendido de acordo com seu lugar em um contexto maior. É neste sentido que uma sinfonia é a causa final na qual se ajusta um de seus movimentos. O tempo é ainda um fator essencial nessa abordagem. Pois é apenas *depois* que uma sinfonia, por exemplo, é tocada que podemos dizer que determinado movimento (uma de suas partes) tem nela sua causa final. Em outras palavras, a análise molar de Rachlin toma padrões de comportamento de longo prazo.

Contudo, às vezes, segundo a análise de Rachlin, trata-se de um prazo *longo demais*, nos parece. Muitos dos comportamentos que queremos explicar — e talvez, realmente, a maioria deles — são realizações de fato ainda não terminadas, ou seja, realizações que parecem requerer uma análise molar de prazo *mais curto*. A este respeito é ilustrativo analisarmos um dos exemplos dados pelo próprio Rachlin, sobre o amor como um padrão de comportamento de longo prazo.

Seja um indivíduo que se casa com uma mulher, sendo que ela morre logo depois de comemorarem eles suas bodas de ouro. Depois da autópsia, para sua grande surpresa, o marido descobre que, de fato, sua esposa era uma boneca mecânica (chamada Dolly II, como Rachlin faz em seu livro). Dolly II, contudo, se comportava como qualquer ser humano real, ou melhor, como qualquer mulher real. Ora, a questão que se coloca então, diz Rachlin, para aquele viúvo, é se Dolly II realmente o amava. Rachlin diz que, depois de cinquenta anos de casamento, durante todo aquele tempo, se Dolly II se comportou como qualquer esposa *real*, cujo comportamento é associado ao termo ‘amor’, então devemos dizer que Dolly II

realmente amava seu marido, apesar de ser ela apenas uma boneca mecânica (Rachlin 1994: 17). Sua performance é daquelas que, em nosso sistema social, se associa ao que normalmente é denominado “amor”.

Diferentemente de um exemplo anterior dado pelo próprio Rachlin em seu livro (16), sobre uma outra boneca mecânica, Dolly I, cujo comportamento é considerado apenas em um intervalo de tempo muito mais curto, e que poderia fazer-nos hesitar em denominá-lo “amor”, no caso de Dolly II, decorridos cinqüenta anos de casamento, para Rachlin, não há por que não dizer que ela amava seu marido.

Há dois problemas, contudo, com essa análise de Rachlin. O primeiro é que ele poderia ser tomado como uma forma de behaviorismo puramente *definicional*, isto é, como um expediente metodológico redutor, que providencia as devidas traduções de termos mentalistas em termos comportamentais, tal como encontramos, por exemplo, no tipo de tratamento dos termos mentalistas dado por Carnap (1959, 1969a e 1969b). Ora, não seria este tipo de estratégia metodológica reducionista aquela que realmente auxiliaria no projeto de Rachlin de procurar explicações para padrões de comportamento que se ajustem a determinados contextos sociais. Mas vamos supor que esse problema seja apenas aparente, e que a questão correspondente é levantada apenas em virtude da forma como Rachlin comenta seu exemplo, e não em virtude das reais bases que ele conferiria a sua abordagem molar. O segundo problema, contudo, atinge essa abordagem mais fortemente, abalando mesmo sua viabilidade.

Como dissemos acima, o problema é que, para muitos padrões complexos de comportamento, nosso objetivo seria o de termos meios de decidir questões similares em um prazo muito mais curto — certamente não cinqüenta anos, como no exemplo de Dolly II, caso em que teríamos, como dizem alguns, apenas uma psicologia *post mortem*. O comportamento molar analisado em períodos tão amplos, obviamente, receberia uma explicação teleológica aceitável; mas, dificilmente, tal abordagem seria útil para finalidades preditivas em muitos casos importantes, quando um intervalo de tempo tão longo não é acessível à observação.

A nosso ver, esta é uma limitação importante da abordagem de Rachlin, que torna o behaviorismo teleológico, tal como apresentado por ele, uma estratégia investigativa pouco útil em uma ciência empírica do comportamento. Acreditamos que uma concepção molar do comportamento seja realmente vantajosa, na medida em que associa um padrão menor de comportamento com um padrão maior. Mas, a nosso ver, uma interpretação molar do comportamento não precisaria se restringir ao tempo. Outros aspectos relativos à realização

também poderiam ser levados em conta.

Uma concepção alternativa consistiria em tomar um episódio de comportamento em relação com dado contexto social, no qual outros padrões de comportamento intencional ocorrem, estando aquele padrão ligado a esses na medida em que todos são incluídos em uma organização social específica — o que é uma idéia do próprio Rachlin, mas da qual, nos parece, ele não tira as conseqüências todas que poderia tirar. É uma alternativa como essa que vamos procurar desenvolver abaixo em suas linhas gerais. Além de representar também a possibilidade de explicações intencionais do comportamento, como vamos argumentar, ela representaria ainda a possibilidade de dar explicações nomológicas para o comportamento intencional. As condições necessárias para isso incluem uma interpretação da própria relação teleológica em termos semelhantes aos da análise de Hume sobre a causação (eficiente), como discutiremos na próxima seção.

Nossa abordagem ainda vai manter algumas das idéias fundamentais de Rachlin, como as de que uma explicação intencional é uma explicação teleológica, em primeiro lugar, e, segundo, que explicamos um episódio de comportamento ao remetê-lo a um contexto no qual ele se ajusta, contexto este que, por sua vez, se encaixa em um sistema social determinado.

O primeiro destes pontos, sem dúvida, pode ser objeto de polêmica da parte dos defensores de uma abordagem intencional à ação humana, como, por exemplo, Dennett. Este é um ponto defendido por Rachlin em seu livro, e que vamos também pressupor aqui, ainda que sem entrarmos no possível debate que ele pode produzir. O ponto, especificamente, é que se uma explicação é intencional, no sentido de Brentano, em virtude de mostrar que determinado evento aponta necessariamente para outro, tal como os eventos mentais são por Brentano concebidos, então se trata de uma relação teleológica entre tais eventos. Ela é teleológica na forma como é descrita, isto é, um dos eventos é apontado como a causa final do outro.

Rachlin, que diz tomar a inspiração para seu behaviorismo teleológico diretamente de Aristóteles, em especial na *Ética a Nicômaco*, sugere uma correção da interpretação de Brentano da intencionalidade como uma característica exclusiva de atos mentais.¹⁴ Ele diz:

As palavras (a lógica) não podem se ajustar exatamente a movimentos incompletos. Se os movimentos não tivessem nenhum fim aparente, eles não poderiam ser classificados. Esse ponto é importante para a filosofia e a psicologia modernas, que falam de atos “intencionais”. Este conceito provém de Brentano [...], que o tomou de Aristóteles. Mas,

¹⁴ Especificamente sobre a formulação de Brentano, voltaremos ao tema da intencionalidade no início da próxima seção.

para Aristóteles, uma intenção não seria um estado interno do agente. Seria uma classificação tentativa de um movimento. Assim, para ele, uma pedra, tanto quanto uma pessoa, poderia ter uma intenção. A pedra pode ser parte de uma avalanche que, em determinado momento, destrói uma cidade, ou ela poderia simplesmente estar rolando abaixo em uma montanha por si mesma (dirigindo-se para o centro da terra, seu lugar natural). Em qual dessas categorias ela vai se encaixar (sem querer fazer um jogo de palavras), isso depende de seu contexto manifesto – depende do que mais acontece – e não de eventos ocultos dentro da pedra.

Para Aristóteles, um homem que caminha pela rua para ir comprar pão, uma pedra que rola de uma montanha, prestes a começar uma avalanche, um octógono com apenas sete lados desenhados, todas essas coisas possuem a mesma qualidade de incompletude (ou “intencionalidade”). Em todos os três casos, a matéria em questão não é idêntica com a forma em questão. O que o homem estava fazendo, a queda da pedra e o octógono não são realmente aquilo que se supõe que eles sejam. Todos os três podem ser classificados de maneira tentativa. O homem pode esquecer o que estava fazendo; a pedra pode ir até o fim em sua queda sem causar dano; o octógono pode se modificar em uma espiral. (Rachlin 1994: 82.)

Nos termos de Rachlin, portanto, um contexto social seria, por exemplo, a causa final de determinado episódio de comportamento. Isso atende ao requisito metodológico que discutimos acima, ao comentarmos a posição de Davidson, isto é, que um evento é mental apenas na medida em que ele é assim descrito. Neste caso, estamos dizendo que um evento é mental na medida em que é descrito em termos teleológicos. Na abordagem de Rachlin, assim como na nossa, apresentada a seguir, isso significa, afinal, uma *externalização* da intencionalidade, ao ser ela interpretada como uma relação teleológica entre um episódio de comportamento e um contexto social.

Ora, é essa mesma interpretação que permite a Rachlin aproximar a perspectiva teleológica que ele toma de Aristóteles daquela do behaviorismo de Skinner. Ele diz:

A classificação de Aristóteles dos movimentos em termos de causas finais em vez de causas eficientes corresponde (como os behavioristas já terão notado) à concepção de Skinner de um *operante* como uma classe de movimentos com um fim comum. Quando um rato pressiona uma alavanca, isso é um operante porque qualquer movimento do rato que acabe pressionando a alavanca (de fato, o fechamento de um interruptor elétrico ligado à alavanca) é uma instância do mesmo operante independentemente de sua causa eficiente. O rato poderia tocar a alavanca com seu rabo, seu nariz, sua pata; todos seriam repetições do mesmo operante. É claro que é necessário que o rato pressione a alavanca. Uma corrente de ar na câmara, que chegasse a pressionar a alavanca, não se incluiria na mesma classe. O rato para Skinner é como a matéria para Aristóteles: necessário para a ocorrência de um operante, mas menos importante que o fim do movimento (pressionar a alavanca). Esta concepção Aristotélica, o *operante*, na opinião de muitos behavioristas (inclusive eu mesmo) é a maior contribuição de Skinner à psicologia. Ela muda o foco da investigação comportamental das causas eficientes, que, no caso de movimentos tais como pressionar uma alavanca, poderiam

ser concebidos apenas em termos fisiológicos, cognitivos ou mentalistas, para as causas finais – as contingências do reforço. (Rachlin 1994: 83–4.)¹⁵

A concepção externalizada da intencionalidade apresentada por Rachlin se fundamenta em uma interpretação de Aristóteles que pode, obviamente, ser discutida, e ele aponta os comentadores daquele filósofo nos quais se baseia.¹⁶ Quanto a isso, deixamos seus comentários sem discussão. Quanto à interpretação da noção de operante de Skinner, que também é discutível,¹⁷ vamos também conservá-la, entendendo que, assim como no caso da interpretação de Aristóteles, não se trata de reproduzir as idéias desses autores de forma inatacável, mas de tomá-las como fonte de inspiração para uma abordagem alternativa.

3. Contextos sociais e padrões de comportamento numa abordagem teleológica

O que ocorre quando associamos a concepção de Aristóteles das causas com a análise de Hume sobre a relação causal? De acordo com o primeiro, o porquê de algo se diz de diversos modos diferentes, resultando em apontar uma ou mais das quatro causas — material, eficiente, formal e final. De acordo com certas interpretações atuais da doutrina de Aristóteles, como aquela apresentada por Achinstein (1983), trata-se de uma teoria da explicação segundo a qual dar uma explicação causal é destacar um fator saliente e relevante dentre aqueles que, em determinado contexto, podem estar relacionados com o evento a ser explicado. Ora, segundo essa versão generalizada da teoria da explicação causal, dar uma explicação *teleológica* seria apontar uma causa *final* como o fator mais relevante dentre aqueles que, em determinado contexto, poderiam estar relacionados com o evento a ser explicado.

Segundo a interpretação de Rachlin, como vimos na seção precedente, intencionalidade e teleologia são noções correlatas. Embora Brentano não utilize o termo ‘intencionalidade’, como sabemos, mas ‘*in-existência* intencional’ (de um objeto em um evento mental), uma das formulações alternativas que ele emprega para explicar a noção é de

¹⁵ Esta passagem de Rachlin também responde adequadamente a uma das críticas de Dennett a Skinner (*cf.* Dennett 1978, cap. 4), e mostra como Dennett não compreendeu adequadamente a natureza de um operante segundo Skinner.

¹⁶ Especialmente, J. H. Randall, Jr., *cf.* Raclin 1994, cap. 4: 66ss.

¹⁷ *Cf.*, por exemplo, Staddon 2001: 137s. Vale lembrarmos os comentários do próprio Skinner (1953: 87ss) que, aparentemente, desautorizariam a interpretação de Rachlin. Naquele texto, contudo, Skinner argumenta contra as explicações teleológicas do comportamento humano do tipo comum, isto é, aquele que entende que os fins de uma ação são estabelecidos pelo agente, tratando-se, portanto, de uma explicação mentalista, e não uma explicação teleológica ou intencional externalizada, como propõe Rachlin.

um evento apontando outro ou se dirigindo para outro.¹⁸ Em outras palavras, um evento intencional seria aquele que não podemos compreender independentemente daquele outro evento para o qual ele está voltado ou se dirige. Todos os eventos mentais são intencionais, no sentido de Brentano, de uma percepção interna ou ato mental, mas o ponto de Rachlin e outros é exatamente que os eventos mentais, no sentido de Brentano, não seriam os únicos a exibirem intencionalidade.¹⁹

Em outras palavras, segundo a abordagem que externaliza a intencionalidade, um evento intencional é um evento que deve ser sempre explicado em termos teleológicos, ou seja, em virtude de apontar para outro evento. De acordo com a concepção que desejamos defender, o comportamento seria também uma classe de eventos intencionais ou teleológicos. Do ponto de vista externalista aqui adotado, identificar os eventos mentais com o comportamento não é eliminar seu caráter intencional, mas relacionar um comportamento com um contexto unicamente com referência ao qual ele pode ser compreendido.

Assim, reconhecer que um evento é intencional é, em primeiro lugar, descrevê-lo em termos teleológicos. Essa estratégia não envolve necessariamente a explicação adicional que apontaria a causa dessa causa, isto é, não requereria mostrar por que certo evento está voltado para outro, que, na descrição que deles fazemos, é sua causa final. A demanda desse tipo de explicação adicional não é necessária. A abordagem que desejamos adotar aqui se assemelha também àquela de Daniel Dennett (1978, 1987 e 1996), quando ele descreve o que denomina *sistemas intencionais* como aqueles sistemas aos quais se atribuem crenças, volições, etc., sem que, necessariamente, precisemos supor que alguns dos sistemas descritos como sistemas intencionais possuam os estados mentais que, interpretados de forma realista, é costume atribuímos aos seres humanos.

Por outro lado, há uma diferença importante entre a estratégia de Rachlin (aquela que desejamos seguir preferencialmente) e a de Dennett. Se interpretarmos os agentes humanos como sistemas intencionais no sentido de Dennett, então as crenças, volições, etc., que a eles

¹⁸ Cf. Brentano 1997: 88. Escrevemos o termo ‘in-existência’ deste modo para marcar o significado preciso de “existir em”. Brentano diz na passagem aqui citada: “Todo fenômeno mental se caracteriza por aquilo que os escolásticos da Idade Média denominavam a inexistência intencional (ou mental) de um objeto, e o que poderíamos chamar, embora não inteiramente sem ambigüidade, referência a um conteúdo, direção para um objeto (que não se deve confundir aqui com significar uma coisa), ou objetividade imanente”. Cf. ainda a “Introdução” de Peter Simons à edição inglesa do livro (Brentano 1997: xiii–xxii). A fórmula ‘referência a algo como objeto’ é apontada por Oskar Kraus como aquela que, mais tarde, o próprio Brentano considerará a mais feliz para explicar a noção (cf. Brentano 1997: 97 n. 20, de autoria de Kraus).

¹⁹ Como comentamos acima, Rachlin propõe uma externalização da intencionalidade, um movimento que é equivalente àquela de Dennett, cuja abordagem intencional é bastante conhecida (cf. Dennett 1978, 1987 e 1996). Ora, também na explicação de Dennett para a intencionalidade, a noção se aproxima daquela de uma explicação teleológica.

atribuirmos serão as causas *eficientes* que identificaríamos para explicarmos por que sua ação está dirigida para determinado fim, por que ela visa tal fim. Ora, neste caso, podemos dizer que a intencionalidade receberia uma interpretação antropomórfica (embora, como enfatiza Dennett, trata-se de uma antropomorfização inofensiva), pois é o agente que visa a determinado fim, é ele que para tal finalidade dirige sua ação. A rigor, contudo, neste caso, o que temos é uma explicação em termos de causas eficientes para um evento intencional, inicialmente relatado apenas em termos teleológicos.

Um problema como este é o que pode ter motivado o próprio Davidson então a sustentar que o comportamento intencional humano escapa a qualquer determinismo causal. Também para ele, atribuímos crenças, volições, etc., aos agentes humanos, mas estas são apenas *razões para agir*. Ou seja, qualquer cadeia causal que envolva os atos de um agente livre e racional começa nesse próprio agente; sua ação é o ponto inicial dessa cadeia causal. Como sabemos, o próprio Davidson põe em destaque sua perspectiva kantiana a este respeito (Davidson 1980: 207, 209 e 225).

Uma explicação adicional para um evento intencional (isto é, um evento já relatado em termos teleológicos) também pode ser eminentemente intencional ou teleológica. Neste caso, procuramos mostrar que um fator saliente de determinado contexto é a causa final de um evento que, em primeiro lugar, foi explicado teleologicamente. E, por sua vez, tal finalidade pode também estar relacionada com uma outra causa final, mais inclusiva, no sentido de Rachlin, isto é, com um fator saliente de um contexto maior a ser considerado. Assim, para os padrões de comportamento, na medida em que consideramos contextos sociais mais abrangentes, há causas finais mais remotas, que permitem explicar tais padrões. É necessário apenas, contudo, que os padrões de comportamento e os contextos sociais considerados sejam reproduzíveis em determinado sistema ou organização social. Eles devem, pois, se apresentar na observação de tal organização social em conjunção constante, para utilizarmos a expressão de Hume.

Podemos estender para o caso específico das causas finais as discussões de Hume sobre a relação causal, e isso resultaria em uma interpretação humiana da teleologia, ainda que esteja para além das intenções iniciais desse autor.²⁰ Segundo Hume, ‘causa’ e ‘efeito’

²⁰ Hume, obviamente, não tomou em consideração as causas finais, mas apenas as causas eficientes, aquelas que podem “produzir efeitos” em uma relação temporal. No *Tratado* (livro I, parte III, seção XV), nas regras para julgarmos as causas e os efeitos (uma parte suprimida da *Investigação*), Hume enuncia na regra 2: “a causa deve ser anterior ao efeito”. Nas definições de causa dadas na *Investigação* (seção VII, parte II), do mesmo modo, a prioridade temporal da causa em relação ao efeito e a idéia da causa como o que produz o efeito são patentes, sobretudo na primeira formulação, que diz: “...podemos definir uma causa como *um objeto seguido de outro*,

são termos que se associam a eventos dados em conjunção constante. Nenhuma relação real ou necessária entre os eventos denominados *causa* e *efeito* está em questão. E nem se trata de buscarmos explicações adicionais, sobre por que ambos esses eventos são dados em conjunção constante. Segundo a perspectiva que estamos adotando aqui, essa análise pode ser estendida ao caso de considerarmos um evento como causa final de outro.

De um ponto de vista metodológico, é preciso apenas que os eventos relacionados como *causa final* e *efeito* sejam dados em conjunção constante ou, em termos mais exatos, que a relação entre eles possa ser relatada em termos funcionais. A expressão ‘causa final’, neste caso, se referiria à variável independente de uma relação funcional que diga respeito à ligação de dado padrão de comportamento com um contexto social. Quando narramos deste modo a relação entre padrões de comportamento e contextos sociais, isto é, em termos teleológicos, o comportamento é *ipso facto* interpretado de forma intencional, no sentido externalizado que especificamos acima. Em outros termos, desse ponto de vista, é impossível compreender certo comportamento independentemente do contexto social em que ele se dá. Assim, para voltarmos à forma de um dos pontos fundamentais da abordagem de Davidson, de forma similar, podemos dizer que um comportamento é intencional se e somente se ele é relatado por meio de uma descrição funcional teleológica. E, neste caso, diferentemente da posição de Davidson, o comportamento será intencional se for relatado e explicado em termos *nomológicos*.

Em uma perspectiva humiana da relação causal, não podemos dizer que dois eventos são causa e efeito se sua relação não for observada constantemente, isto é, se ela não for reprodutível. De acordo a abordagem humiana da teleologia aqui apresentada, não podemos dizer que um evento é a causa final de outro se a relação entre eles não for descrita em termos funcionais, já que a função enunciada é a formulação matemática de uma generalização empírica sobre a relação reprodutível entre os eventos observados.

Há duas questões fundamentais que devem ser convenientemente respondidas se essa abordagem nomológica ao comportamento intencional for correta. Em primeiro lugar, devemos estabelecer do modo mais claro possível que tipo de relação teleológica pode haver

sendo que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, sendo que, se o primeiro objeto não tivesse existido, o segundo nunca existiria”. A segunda formulação, contudo, é mais geral, e suportaria um emprego ao caso das causas finais; Hume diz: “...uma outra definição de causa [...], um objeto seguido por outro, e cuja aparição sempre conduz o pensamento para o outro”. Está claro, também neste caso, que Hume denomina causa o objeto anterior no tempo, mas isso não impediria que, fora do contexto de sua discussão, essa formulação fosse utilizada também para o caso das causas finais.

entre determinados padrões de comportamento e certos contextos sociais, em dado sistema ou organização social. Em segundo lugar, é preciso mostrar que tais relações entre certos padrões de comportamento e certos contextos sociais são não apenas teleológicas, mas também *nomológicas*, isto é, a ocorrência de tais padrões de comportamento deve ser um fenômeno reproduzível e reincidente nos contextos sociais considerados, dado um sistema social, segundo certas relações funcionais claramente enunciadas. Em suma, é preciso mostrar que são possíveis enunciados nomológicos que descrevam a ocorrência de certos padrões de comportamento em determinados contextos sociais, dado um sistema social.

4. Explicações teleológicas e nomológicas: encaixamento e lei de proporção

A primeira dessas questões se refere ao fenômeno social e comportamental que denominaremos *encaixamento*. Há um padrão de comportamento (a ser explicado) que se encaixa necessariamente em um contexto social que contém outros padrões de comportamento, um dos quais, por sua vez, deve ser identificado como a causa final daquele padrão de comportamento a ser explicado. Ao dizer que um padrão se encaixa *necessariamente* em um contexto, queremos dizer que tal padrão só é compreensível em relação a tal contexto (ou, eventualmente, a algum outro), mas não isoladamente, nem em relação a qualquer contexto. Não é que tal padrão possa simplesmente *se ajustar* acidentalmente a um contexto; ao contrário, ele deve ali *se encaixar* necessariamente se se trata de uma relação reproduzível, nomologicamente descrita. Em termos mais exatos, um padrão de comportamento pode ser definido pela classe dos contextos sociais nos quais ele se encaixa. Por se encaixar em um contexto social tal como acima definido, um padrão de comportamento está necessariamente ligado a outros.

Nossa abordagem, assim como aquela de Rachlin, é molar, mas não no sentido temporal estrito proposto por esse autor, como comentamos acima. A nosso ver, comportamentos molares podem ser tomados em consideração em um sentido puramente matemático, como é o caso, por exemplo, na *lei de proporção* (ou *de igualação* — *matching law*; Herrnstein 1997, esp. 22ss; cf. também 68ss). De acordo com essa teoria, um comportamento (ou resposta) é proporcional à frequência relativa do reforço que ele oferece. Essa abordagem, assim como aquela de Rachlin, está ligada às análises de Tolman. A escolha, por exemplo, é medida como uma razão de comportamento; ela é compreendida como um comportamento no contexto de outro comportamento (Herrnstein 1997: 22).

Sejam duas respostas alternativas, *A* e *B*, e o reforço associado a cada uma delas, em

certo contexto de ação, observado durante certo período de tempo. Ora, segundo essa abordagem, um indivíduo vai empregar seu tempo fazendo *A* ou *B* de forma proporcional aos diferentes reforços oferecidos, respectivamente, por *A* e *B*. Supondo que o comportamento total desse contexto permaneça invariante, então, segundo a lei de proporção, vale a seguinte relação funcional, na qual '*T*' se refere ao tempo gasto com cada comportamento e '*R*' se refere ao reforço oferecido por cada comportamento: $T_A/T_B = R_A/R_B$.

Suponhamos que um indivíduo, no contexto de suas férias, em um local afastado e relativamente carente de estímulos, tenha duas atividades principais diárias, que seriam, por exemplo, ler e comer. Segundo a teoria, o tempo a ser gasto por esse indivíduo lendo ou comendo vai ser proporcional aos diferentes reforços oferecidos por cada uma dessas atividades. Nesse contexto, os dois comportamentos têm de ser considerados um em relação ao outro, pois se por acaso aumentar o tempo gasto em um deles, então o tempo gasto no outro diminuirá proporcionalmente, já que o comportamento total permanece invariante. Algumas pesquisas experimentais foram feitas a este respeito, e seus resultados são relatados por Herrnstein (1997) e seus colaboradores.

Se generalizarmos esse modo de compreender os padrões de comportamento, e se eles forem considerados sempre uns em relação aos outros, então, em um contexto social, os diferentes padrões que o compõem estarão ali reunidos segundo certas relações funcionais semelhantes à lei de proporção. A realização total desse contexto de ação será o somatório das realizações parciais de cada padrão de comportamento, de tal sorte que a realização parcial de cada padrão também tenha como finalidade compor a totalidade da realização desse contexto.

Um exemplo de tal contexto de comportamento intencional interpretado da forma molar que apresentamos aqui seria o movimento de um barco a remos com uma equipe de remadores e um patrão. Os comportamentos de cada remador e do patrão são diferentes, mas estão associados para conservar o movimento total do barco que, por sua vez, se move em direção a um ponto a ser alcançado, a linha de chegada. Nesse contexto, os padrões de comportamento dos membros da equipe (remadores e patrão) são contribuições complementares dirigidas ao fim a ser alcançado, ganhar a competição. Se esse fim deve ser atingido, qualquer diminuição na realização de um dos remadores deve ser proporcionalmente compensada pela realização dos outros membros da equipe.

Além disso, esse contexto se encaixa em um contexto maior, que é aquele da corrida ou competição na qual o referido barco se encontra, ao lado de outros. Os movimentos dos barcos são as causas finais dos padrões de comportamento de cada equipe, em cada barco. O

comportamento de qualquer membro de equipe, em cada barco, deve ser explicado em relação aos comportamentos dos outros membros de equipe. O comportamento de cada membro de equipe se encaixa no contexto mais amplo do movimento do barco; e o comportamento de cada barco se encaixa no contexto mais amplo da corrida. Portanto, é porque há uma corrida que podemos explicar os movimentos dos barcos e os comportamentos dos membros de equipe em cada barco. A corrida, por sua vez, é um tipo de esporte, isto é, uma atividade socialmente compartilhada em certa organização social. É por causa de formas de vida pertencentes a tal sistema social que podemos dar uma explicação teleológica do movimento de um barco na corrida e do comportamento de cada membro de equipe em cada barco.

Quanto à segunda questão acima mencionada, aquela da reprodutibilidade dos contextos sociais de ação em certos sistemas sociais, devemos dizer que o caráter nomológico da explicação teleológica dada ao comportamento depende não somente da interpretação molar dos padrões de comportamento em relação a um contexto social, mas da possibilidade de reproduzir tais contextos em dada organização social. Se a corrida de barcos, por exemplo, não fosse um esporte — isto é, uma prática social estabelecida e institucionalizada —, aquela competição não seria um contexto mais amplo e adequado para darmos uma explicação teleológica dos movimentos dos barcos e, por conseguinte, do comportamento de cada membro de equipe em cada barco.

Existirem certas instituições em certas organizações sociais é aquilo que garante a reprodutibilidade de padrões de comportamento e o caráter nomológico de uma explicação para eles. As observações de tal sistema social levam a generalizações empíricas. Por outro lado, é apenas em virtude de tais explicações possuírem caráter nomológico que elas são realmente teleológicas — e, logo, intencionais. Se certa prática não for reprodutível — e, portanto, predizível — em certa organização social, ela não será relevante para explicarmos outros eventos. Se não fosse uma prática comum, aquela corrida de barcos, por exemplo, não seria relevante para explicarmos os movimentos dos barcos e o comportamento de seus ocupantes. Apenas na medida em que for possível estabelecer relações funcionais das competições com os movimentos dos barcos e, logo, com os comportamentos de seus ocupantes, podemos dizer que a competição é a causa final do movimento dos barcos e que este, por sua vez, é a causa final dos comportamentos de seus ocupantes.

Conclusão

Para terminar, gostaríamos de comentar por que a abordagem aqui apresentada seria mais profícua que aquelas de Davidson e de Rachlin, nas quais, contudo, ela se baseia em parte. Em comparação com a abordagem de Rachlin, como vimos, nossa abordagem molar, fundamentada na idéia básica da lei de proporção, permite explicar certos padrões complexos de comportamento *em curso*, sem a necessidade de uma análise de longo prazo do comportamento, isto é, considerando intervalos longos de tempo — o que é uma dificuldade metodológica importante da abordagem de Rachlin. Ao contrário, um padrão de comportamento deve ser considerado em sua relação com outros, em certos contextos sociais de ação, em determinado sistema social.

Em relação à abordagem de Davidson, por sua vez, acreditamos que a nossa seria superior em dois aspectos. Em primeiro lugar, podemos ter explicações intencionais do comportamento sem a necessidade de atribuir crenças, volições, etc., aos indivíduos humanos. Evitamos, deste modo, a possibilidade de recair ou no mentalismo tradicional, ou numa abordagem internalista e fisiológica. Isso traz a vantagem de podermos separar as questões metafísicas sobre a natureza dos eventos mentais e dos agentes humanos daquelas questões conceituais — e, neste sentido, epistemológicas — sobre as explicações do comportamento intencional.

A segunda vantagem é que as explicações intencionais nomológicas da ação permanecem dentro da mesma ciência empírica que explica outras ocorrências no mundo. Ou seja, respeitamos também o princípio de unidade da ciência, e a psicologia pode fazer parte de uma ciência unificada. Deste modo, os eventos intencionais humanos podem ser incorporados a uma visão causal e científica do mundo, mas que não é uma visão reducionista.

De que forma, contudo, podemos dizer, tal como também requer o monismo anômalo de Davidson, que a racionalidade da ação humana está resgatada pela presente abordagem? Não há espaço aqui para discutirmos esse ponto com mais detalhes.²¹ Contudo, podemos dizer que assim como a intencionalidade é interpretada como uma característica de determinados eventos, em virtude do modo como eles são descritos — e não uma propriedade dos agentes humanos —, do mesmo modo, a racionalidade seria uma característica de certos eventos humanos. Ou seja, dentre os eventos intencionais humanos, há alguns que são racionais. Segundo nossa abordagem, via de regra, os eventos racionais são aqueles eventos que se encontram, por exemplo, nos programas de pesquisa na filosofia e nas ciências, embora não

²¹ Mas *cf.* Dutra 2001 e 2003c.

exclusivamente. Eles têm a ver com o emprego de critérios, regras metodológicas e padrões avaliativos rigorosos e consistentes com um programa de pesquisa.

Luiz Henrique de Araújo Dutra

Universidade Federal de Santa Catarina / CNPq

Referências Bibliográficas

- Achinstein, P. (1983). *The Nature of Explanation*. Oxford: Oxford University Press.
- Brentano, F. (1997 [1874]). *Psychology from an Empirical Standpoint*. Londres: Routledge.
- Carnap, R. (1959). “Psychology in Physical Language.” In Ayer, A. J. (org.), *Logical Positivism*. Nova York: Free Press.
- Carnap, R. (1969a). *The Logical Construction of the World*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Carnap, R. (1969b). *Pseudoproblems in Philosophy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Davidson, D. (1980). *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press.
- Dennett, D. (1978). *Brainstorms*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Dennett, D. (1987). *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass., e Londres: The MIT Press.
- Dennett, D. (1996). *Kinds of Minds: Towards an Understanding of Consciousness*. Nova York: Basic Books.
- Dutra, L. H. de A. (2001). “Ciência do Comportamento e Contextos de Investigação.” *Revista Patagónica de Filosofía*, vol. 2 (2): 131–58.
- Dutra, L. H. de A. (2003a). “Claude Bernard e a Psicologia Experimental.” *Manuscrito XXVI* (1): 71–111.
- Dutra, L. H. de A. (2003b). “Claude Bernard e o Determinismo Mental.” *Natureza Humana* 5 (2): 351–91.
- Dutra, L. H. de A. (2003c). “Propositional Attitudes, Intentionality and Lawful Behaviors.”

Principia 7 (1–2): 93–114.

Dutra, L. H. de A. (2005a). *Oposições Filosóficas: A Epistemologia e Suas Polêmicas*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Dutra, L. H. de A. (2005b). “How Serious is Our Ontological Commitment to Events as Individuals?” *Principia* 9 (1–2): 43–71.

Foxall, G. R. (2004). *Context and Cognition. Interpreting Complex Behavior*. Reno, NV: Context Press.

Herrnstein, R. (1997). *The Matching Law. Papers in Psychology and Economics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Hume, D. (1985 [1739/40]). *A Treatise of Human Nature*. Londres: Penguin Books.

Hume, D. (1996 [1777]). *Enquiries concerning Human Understanding and concerning the Principles of Morals*. L. A. Selby-Bigge (org.), terceira edição. Oxford: Clarendon Press.

James, W. (1912). *Essays on Radical Empiricism*. Nova York: Longmans, Green & Co.

Kant, I. (1985 [1783/1786]). *Philosophy of Material Nature. (Prolegomena e Metaphysical Foundations of Natural Science.)* Indiana: Hackett.

Quine, W. V. O. (1969). *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York: Columbia University Press.

Rachlin, H. (1994). *Behavior and Mind. The Roots of Modern Psychology*. Nova York e Oxford: Oxford University Press.

Russell, B. (1997 [1921]). *The Analysis of Mind*. Londres: Routledge.

Simons, P. (1997). “Introduction to the Second Edition.” *In Brentano 1997*: xiii–xxii.

Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. Nova York: Free Press.

Skinner, B. F. (1976). *About Behaviorism*. Nova York: Vintage.

Smith, L. D. (1989). *Behaviorism and Logical Positivism*. Stanford: Stanford University Press.

Tolman, E. C. (1932). *Purposive Behavior in Animals and Men*. Nova York: Appleton-Century.

Wundt, W. (1897). *Outlines of Psychology*. Trad. de Charles Hubbard Jr.:
<http://psychoclassics.yorku.ca/Wundt/Outlines> (20/04/2006).

Wundt, W. (1904). *Principles of Physiological Psychology*. Trad. de Edward Bradford Titchener: <http://psychoclassics.yorku.ca/Wundt/Physio> (20/04/2006).